



## Relações de afeto em famílias abusivas sob a ótica psicanalítica

### *Relations of affection in abusive families under psychoanalytic perspective*

Amanda Galdino MACEDO<sup>1</sup>  
Gessica Priscila de Gusmão SILVA<sup>2</sup>  
Fabiola Barbosa Ramos da SILVA<sup>3</sup>  
João Augusto Machado VILLACORTA<sup>4</sup>

**Resumo:** Este artigo propõe-se a apresentar a complexidade dos fatores implicados no contexto do abuso sexual intrafamiliar contra a criança. Através da revisão crítica da literatura, faz-se aqui um movimento de problematizar o paradigma social de culpabilização/vitimização, adotando a perspectiva psicanalítica da responsabilização dos sujeitos envolvidos na configuração de famílias abusivas. Para tanto, utilizamo-nos de aspectos particulares à cultura brasileira, como a lenda do boto-cor-de-rosa, executando uma análise do caráter regulador dos mitos como meios de expressão coletiva da cultura da evitação, que retroalimenta o abuso sexual, através do silêncio. Adentramos, ainda, em uma exploração das possíveis representações inconscientes que se estruturam na família abusiva, utilizando a concepção freudiana da sexualidade e a concepção lacaniana da linguagem, ensaiando os possíveis vínculos afetivos que são ignorados pela esfera pública e jurisdicional. Diante do exposto, verifica-se neste trabalho que o fenômeno do abuso sexual intrafamiliar contra a criança respalda-se no processo de identificação no qual o adulto revive os complexos familiares e projeta no corpo da criança a metáfora do desejo edípiano. A compreensão do abuso como produto da reminiscência edípica é fundamental para assegurar a escuta ética e individualizada, nos mais diversos âmbitos institucionais, sendo tal fenômeno constante no processo de trabalho do profissional psicólogo.

**Palavras-chave:** Relações de afeto. Psicanálise. Famílias abusivas. Abuso sexual contra a criança.

**Abstract:** This article proposes to analyze the complexity of the factors involved in the context of intrafamily sexual abuse against children. Through the critical literature review with the aim of investigating the social of culpability / victimization paradigm, adopting the perspective of the metaphorical representation of incest. To do so it was used the Brazilian River Dolphin legend as a means of collective expression of the culture of raping which is perpetuated by the silence and avoidance, treating the intrafamily sexual abuse against children as the result of a collective behavior culture which feeds back the sexual abuse turning it into a transgenerational

<http://dx.doi.org/10.24024/23579897v28n1a2019p910101>

<sup>1</sup> Psicóloga formada pelo Centro Universitário Maurício de Nassau, Recife-PE. Especialista em Intervenções Clínicas na abordagem Psicanalítica | E-mail: amanda-galdino@live.com

<sup>2</sup> Psicóloga formada pelo Centro Universitário Maurício de Nassau, Recife-PE. Residente em Atenção Básica e Saúde da Família no programa de Residências Multiprofissionais ASCES UNITA | E-mail: gessica.gusmao@gmail.com

<sup>3</sup> Mestre em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco | UNICAP | Especialista em Psicologia Clínica pelo CRP/PE. Psicóloga Clínica | Orientador | E-mail: fabiolabrs@gmail.com

<sup>4</sup> Psicólogo e coordenador do Centro de Referência para o Cuidado de Crianças, Adolescentes e suas famílias em situação de violência | CERCCA-Recife | Co-orientador | E-mail: joaovilla@hotmail.com

phenomenon. Using the Freudian conception of sexuality and the Lacanian conception of language we introduce the possible bonds of affection that are ignored by public and jurisdictional spheres. Given the above it is observed that the phenomenon of intrafamily sexual abuse against children is based on the process of identification, where the adult revives the complex family conflicts and projects into a child's body the metaphor of their desires. The understanding of abuse as a product of oedipal reminiscence which is fundamental to ensure ethical and individualized hearing in the most diverse institutional environments where such phenomenon is constant in the work process of a professional psychologist.

**Keywords:** Affective bonds. Psychoanalytic. Abusive families. Child sexual abuse.

### **A representação dos papéis e as vicissitudes dos complexos na estrutura familiar**

Segundo Lacan (2003), entre todos os grupos humanos, a família desempenha papel primordial na transmissão da cultura. Entretanto, este autor a evidencia como um produto desta mesma, estabelecida por vínculos que vão além dos laços de consanguinidade, cujas relações e papéis ali desempenhados espelham muito mais do que uma condição instintiva, natural do ser humano, mas antes, uma elaboração cultural do que se espera dos indivíduos inseridos naquele contexto. Embora exista uma idealização de estruturas familiares, enquanto instituição social, cada grupo familiar assume diversas facetas complexas que se destacam enquanto circunstância psíquica que organiza “desde a criança criada na família até o adulto que a reproduz” (LACAN, 2003, p. 36).

Enquanto lugar de transferência dos conteúdos culturais, é responsabilidade da família a inscrição da criança na linguagem, o que não se trata de ensinar apenas uma via de comunicação, mas de estruturar sua psique através do universo simbólico. A partir da projeção dos signos linguísticos, os pais auxiliam a criança a estruturar a língua e atribuir significados culturalmente preestabelecidos e pré-disponíveis. Contudo, o processo de apreensão da língua e de seus signos não escapa ao investimento pessoal da criança, em que ela faz uma conexão dos significados culturais dos signos com um aglomerado de associação de ideias personalíssimas, organizadas dentro de sua vivência psíquica. Essas associações são chamadas, na psicanálise lacaniana, de significantes, e auxiliam o sujeito a subverter a língua em uma estrutura de linguagem inconsciente.

A inscrição naquele universo simbólico só acontece, segundo Lacan, (apud DOR, 1989), através do fenômeno do recalque, quando se faz necessário recalcar o desejo incestuoso pelos pais no inconsciente. É Freud, em sua teoria do desenvolvimento psicosexual, quem primeiro explora a sexualidade infantil e coloca em evidência a pulsão sexual oriunda da interpelação mãe-criança. No cenário em que a criança deseja o desejo da mãe e é por ela desejada, aquela vive, segundo Ramirez (2004), uma relação dialética entre o ter ou o ser-o-falo, que só se resolve com a investidura simbólica da figura paterna, por meio da interferência da mãe.

Para que ocorra a entrada do pai como terceiro, ele precisa ser convocado pelo primeiro Outro da criança, o que confere todo o seu sentido de nome do pai, visto que o pai terá que ser nomeado, convocado a responder de um outro lugar. Com esse acontecimento, ele

se faz representante de uma lei à qual ele próprio está submetido, razão pela qual a saída da relação alienante à mãe não torna o sujeito refém do pai, que deixa entrever que ele também é faltante, e a criança, então por isso, deverá buscar na cultura, no social, uma mulher permitida para ele.

Ao substituir o desejo da mãe pelo significante da lei (nome-do-pai), através de um recurso de linguagem, a criança recalca a pulsão sexual primária em seu inconsciente e reorganiza suas estruturas psíquicas. Assim, é na família e na relação triangular de interdição que a criança perde a liberdade de experimentar a descarga de excitação sem barreiras, que a mantém vulnerável ao desejo parental e ganha a linguagem como ferramenta que a coloca em uma posição ativa diante dos conflitos pulsionais.

A partir da lei da proibição do incesto é que se pode estabelecer o limite entre o natural e o cultural, e a ordem edípica pode, legitimamente, se apresentar como o substrato universal que designa a dimensão natural do homem, permitindo ao sujeito o acesso ao registro simbólico, ou seja, o acesso à cultura, gerado pela expressão de uma falta (RAMIREZ, 2004, p. 3).

Aqui nos interessa lembrar que estes adultos que formam a família, responsáveis pela estruturação psíquica da criança, também já foram a criança de algum outro grupo familiar e carregam consigo os fragmentos inconscientes de seus próprios complexos e de sua própria estrutura de linguagem inconsciente. Embora os mecanismos de tais complexos sejam parecidos em sua função e estrutura, a experiência subjetiva é muito distinta para cada sujeito em cada grupo familiar. Toda criança atravessa o complexo edípico, entretanto, cada uma fará uma introjeção distinta e única graças à identificação que ela faz das pulsões parentais, criando, através disso, uma representação inconsciente dos pais, que, para Lacan (2003), se cristaliza na tenra idade, solidificando-se na dissolução do complexo edípico e permanecendo ao longo de toda a vida adulta.

Ao fim do tempo edípico, de acordo com Násio (2007), a criança se identifica com ambos os pais, mas este é um movimento inconsciente extremamente complexo de identificação com o papel do feminino/masculino e maternidade/paternidade construídos culturalmente e desempenhados por sujeitos singulares e desejantes. Essa identificação é inevitavelmente projetada na nova estrutura familiar, quando esta criança se torna adulta, desse modo, a família, enquanto instituição, “estabelece entre as gerações uma continuidade psíquica cuja causalidade é da ordem mental” (LACAN, 2003, p. 31). É se projetando no Outro, identificando-se nele e se comunicando com ele que as relações familiares acontecem e fundamentam o funcionamento psíquico dos sujeitos envolvidos nela.

### **Incesto, moral e as imagens míticas edípicas**

A sociedade, como um todo, está fundamentada em leis que preconizam a manutenção da ordem social. Em Totem e Tabu, Freud (1990) aborda como algumas dessas leis tornam-se normas naturalizadas, enraizadas na organização social, que acolhemos sem questionar a origem e a justificação. Essas normas geralmente têm uma relação com restrições culturais que

estão vinculadas à constituição subjetiva. A maior de nossas normas é a proibição do incesto, que em nossa cultura está referenciada como uma contravenção à ordem, cuja compreensão esbarra no abismo da moralidade/imoralidade, sendo encarado como um tabu.

Enquanto constructo da cultura, o tabu do incesto é algo que não se questiona, tampouco se menciona, por ser aquilo de mais abominável, algo que deve ser evitado e reprimido, algo imoral, pois "possui uma conotação que abrange igualmente o sagrado e acima do comum, bem como perigoso, impuro e misterioso" (FREUD, 1990, p. 21). Adentrando a conotação do tabu como um mecanismo de inibição social, propomos um silogismo com as tradições orais inscritas na cultura. Os mitos e lendas possuem um caráter simbólico de explicar a realidade por meio de histórias sagradas que, embora muitas vezes não possuam evidências que as comprovem, são aceitas como verdades.

Segundo Ruthven (2010), não há um consenso na comunidade científica da experiência do mito que, muitas vezes, encena um significado real por trás dos conteúdos de fantasia. Na perspectiva do incesto, abraçamos, na cultura brasileira, a lenda amazônica do boto-cor-de-rosa. Conforme a lenda, que é uma das mais propagadas na região amazônica, o boto é descrito como um personagem sobrenatural que, nas festas de noite de lua cheia, emerge da água dos rios da Amazônia transformado em um homem elegante, vestindo terno, chapéu e sapatos brancos, e que, pela sedução, escolhe a cabocla mais bonita e, depois de uma intensa relação sexual, mergulha no rio – “as moças seduzidas pelo Boto podem dele engravidar e enlouquecer” (MAGALHÃES, 2013, p. 72).

Esta experiência da lenda do boto traz diversos conteúdos característicos da vivência de uma comunidade ribeirinha, cuja relação com a natureza é estritamente particular. Assim, vemos elementos maiores que esses dentro de uma perspectiva psicossocial engendrada na psicanálise. Ruthven (2010) cita a função psicológica dos mitos e, para isso, utiliza a concepção freudiana de precipitados do inconsciente: os mitos são projeções de conteúdos inconscientes e, sendo assim, estão carregados de conotação sexual. O autor nos traz, ainda, a ideia de que os mitos são nascidos da metáfora. Desta maneira, encaramos que a experiência de controle social que essas histórias assumem está diretamente vinculada à organização intrapsíquica dos sujeitos, cujo inconsciente se estrutura basicamente em uma linguagem simbólica, que também é metafórica.

No mito amazônico, é possível perceber elementos provenientes das vivências edípicas que sucedem e realizam-se no interior das famílias, “onde em algumas regiões do interior do Brasil, é um costume os homens iniciarem sexualmente as filhas” (ROSSETTO, 2010, s/p). Para Diniz e Coutinho (2009), o mito do boto serviria para encobrir os responsáveis por muitas gestações precoces e, por vezes, muitas vezes, o fruto de relações incestuosas que permanecem no sigilo por uma cultura com preceitos morais muito controversos.

No que tange à origem etimológica da moral, Nietzsche (2015) retrata que ela sempre fora confundida com o juízo de “bom”. Aquilo que é “bom”, no sentido filantropo e altruísta da palavra, é correspondente à moral. Porém, essa compreensão do que é “bom”, que reflete uma performance cultural, conflita com o sentido subjetivo do que é “bom”. Para Freud, às voltas com sua tendência ao prazer, o homem neurótico adulto sofre o filtro da

repressão de seu superego, nesse sentido, toda e qualquer interpretação do que é moral perpassa a interpretação do que o sujeito, de forma individual, é capaz de julgar como bom para si ou não.

Quando voltamos essa reflexão para as questões do abuso intrafamiliar contra crianças, nos deparamos com o que o sujeito é capaz de caracterizar como sendo abuso ou não, que sobrepuja, muitas vezes, o que a norma social preconiza como abuso. Assim, “os valores morais vão de encontro aos desejos pulsionais, também validados pela sociedade” (GOLDFEDER, 2001, p. 20). Dentro da perspectiva psicanalítica, compreendemos que a norma social se inscreve simbolicamente na vivência inconsciente dos sujeitos, refreando/reprimindo os impulsos, sendo talvez uma tentativa de evitar uma invasão do outro na constituição subjetiva de cada sujeito. Dito isso, ela tende a ser contrária ao princípio do prazer que rege a vivência intrapsíquica.

Segundo Freud (1990), todo tabu se caracteriza pela ambivalência, que tanto proíbe quanto tenta os homens a transgredi-lo. Em alusão à concepção freudiana sobre o mito, Ruthven (2010) abrange, além da experiência ampla e externa, uma experiência subjetiva: todo sujeito que ouve uma história sacralizada cria sua própria versão, baseado em seu conhecimento de mundo. Quando este sujeito, pretensamente inscrito no universo simbólico, não tem uma percepção clara do funcionamento dos próprios mecanismos psíquicos, cria ilusões que são projetadas para elementos do mundo externo. Neste trabalho, articulamos esse conceito ao princípio do prazer, elaborado por Freud (1976), entendendo a intenção inconsciente de extrapolar as normas culturais para obter o gozo psíquico.

Assim, da nossa perspectiva, o sujeito envolvido na relação de abuso sexual incestuoso considera inconscientemente possível o enlace sexual com a criança, dentro da sua tendência, além do princípio do prazer, como forma de relacionar-se com o mundo e com os outros sujeitos do vínculo familiar, e, nesse sentido, o conflito se estabelece entre a moral socialmente instituída e o desejo do sujeito. Entendemos que a violência sexual é um fenômeno complexo que, em cada realidade familiar, assume diferentes espectros, não cabendo o uso de interpretações generalizantes.

### **O afeto, a busca do objeto e o enlace sexual como metáfora do desejo**

Para estabelecermos essa relação dialética entre desejo e norma, explorada nos parágrafos anteriores, e contextualizar o conflito que advém disso nos vínculos de famílias abusivas, foi necessário que revisitássemos o conceito de afeto. Nos primórdios da criação da Psicanálise, a explicação para a maioria dos episódios de histeria estava centrada na vivência de uma experiência afetivamente emblemática para o sujeito. Essas teorizações trazem o afeto como uma soma de excitação “capaz de crescimento, diminuição, deslocamento e descarga, e que se espalha sobre os traços de memórias das ideias, tal como uma carga elétrica se expande na superfície do corpo” (TROTTA, 2010, p. 25).

É perceptível que ele já retratasse o afeto como energia, cuja noção se incorporou na caracterização, anos mais tarde, da pulsão, conceito chave da sua metapsicologia. Essa

pulsão seria uma força interna, marcadamente distinta do instinto por ser uma força constante que “tem origem no corpo e sua ligação com a esfera psíquica é feita pelos representantes pulsionais: o afeto e a representação” (TROTTA, 2010, p. 47). Temos aí o afeto como uma energia psíquica, representativa da pulsão, ligada a um conteúdo ideativo de algo, de alguém ou de alguma circunstância.

Todo afeto implica necessariamente um corpo (Cabral et. al, 2013). Nos parágrafos anteriores, revisitamos o fluxo libidinoso que existe dentro das famílias, partindo do princípio de que “a situação edípica não diz respeito apenas à criança, mas a ela e a seus pais” (BENETTI & MALGARIM, 2010, p. 05). A construção dos vínculos dentro da família envolve o afago, a estimulação sensorial erógena, entre outras formas de contato direto com o corpo, que tem, além da função do cuidado dos pais com a criança, a função de satisfação da pulsão sexual para todos os envolvidos.

Até aqui temos a noção de que o investimento pulsional dos pais é formador do mecanismo psíquico, entretanto, é imprescindível que “a criança seja conduzida a colocar-se como sujeito, e não mais apenas como objeto do desejo do outro” (DOR, 1989, p. 91). Na experiência do Complexo de Édipo, a metáfora paterna depara a criança com a impossibilidade de satisfazer a pulsão sexual através de uma ação, e ela se vê compelida a recalcar a representação dessa pulsão no inconsciente, porém, o afeto relacionado a essa representação não é recalçado, gerando uma carga de excitação.

Ao fim do Édipo, tendo recalçado suas fantasias incestuosas, a criança, agora sujeito cindido, ingressa na vida adulta com a insistente tarefa de diminuir a carga de excitação gerada por esse afeto. Esta tarefa será realizada através da linguagem, oriunda da identificação com os pais, que para Freud é substitutiva da ação de estimulação erógena. Através dos significantes que atribuiu aos signos apresentados pela cultura e por seus pais, o sujeito realiza o deslize daquele afeto na busca por novas representações que a ele se liguem, auxiliando-o na busca por um objeto, que é “aquilo em que, ou por meio de que, a pulsão pode alcançar sua meta” (FREUD, 1915, p. 69).

É na escolha do objeto para a satisfação do representante afetivo da pulsão, livre no corpo, que o sujeito reencontra com os precipitados daquelas fantasias recalçadas na infância. Muitas vezes, ao relacionar-se com seu filho, o adulto revisita o próprio complexo de Édipo e, segundo Goldfeder (2001), é plausível considerar que o abuso pode, não via de regra, ser uma tentativa desse adulto de, inconscientemente, reproduzir a cena de sedução vivida por ele mesmo na sua infância, protelando o interdito que lhe fora instituído ou, numa transgeracionalidade, revivendo o próprio abuso. Vale a ressalva de que este trabalho busca compreender o fenômeno do abuso sexual contra a criança no contexto de famílias neuróticas nas quais pretensamente o interdito fora instituído a esses pais.

Um neurótico, por outro lado, apresenta invariavelmente, um certo grau de infantilismo psíquico; ou falhou em libertar-se das condições psicosexuais que predominavam em sua infância ou a elas retornou (...) assim, as fixações incestuosas da libido continuam (ou novamente começam) a desempenhar o papel principal em sua vida mental inconsciente (FREUD, 1990, p. 17).

Ainda segundo Goldfeder (2001), a realidade das experiências vividas é constituída junto com o outro, em uma dinâmica de introjeção e projeção, que corrobora com a ideia expressa por Freud (1990), em *Totem e Tabu*, ao explicitar o quanto o filho/filha assume para a mãe o lugar da falta, sendo, assim, um objeto de identificação. Imaginamos, aqui, que a identificação não se restrinja à figura materna, tendo a figura paterna seu próprio processo de identificar-se com a criança. Consideramos, assim, nos casos de abuso sexual intrafamiliar, que a identificação extrapole as vias simbólicas, de modo que tanto a mãe quanto o pai tentem se apropriar da criança através do ato sexual.

Quando lemos sobre o abuso sexual intrafamiliar contra a criança, percebemos, ainda, que há um consenso em considerar a mãe que não é abusadora ora como ciumenta, que rivaliza com a(o) filha(o), ora como cúmplice do ato (BENETTI & MALGARIM, 2010; BRANDÃO JUNIOR, 2008; GOLDFEDER, 2001; SANDERSON, 2005; ZALCBERG, 2003), sempre mantendo uma compreensão engessada e moralista dessa mãe. Porém, diante da perspectiva de identificação, que Freud nos traz, poderíamos considerar que a mãe compartilhe do ato de maneira indireta, retroalimentando naquela relação seu próprio mecanismo de prazer/desprazer. O progenitor abusador é citado, com certa frequência, como um sujeito que estabelece uma relação de poder sobre a criança (BENETTI; MALGARIM, 2010; BRANDÃO JUNIOR, 2008; GOLDFEDER, 2001; SANDERSON, 2005), que a despersonaliza e a objetifica.

Parte dos autores supracitados compreende, inclusive, a sexualidade como esse lugar instintivo, com o poder de desestruturar a família e a ordem, encarando o enlace sexual do adulto com a criança como manifestações primitivas e animalescas. Neste artigo, porém, consideramos que na busca pelo objeto que satisfaça a falta, que envolve a projeção, na criança, do desejo, esse pai elege o corpo do rebento como objeto. Esta escolha, aqui considerada inconsciente, advém tanto da atualização do mecanismo de identificação, no qual o pai se identifica com a criança e/ou identifica em si mesmo a figura do próprio pai, quanto da construção metafórica desse sujeito que coloca o significante da satisfação no corpo da criança. Ao exercer poder sobre esta última, consideramos, não via de regra, que o sujeito está estabelecendo uma maneira de manipular o próprio prazer/desprazer, sendo, então, o abuso, uma possibilidade do sujeito desejante.

No contexto de famílias abusivas, compreendemos que a escuta institucional do profissional psicólogo jamais deve desconsiderar toda a complexidade das relações que envolvem pulsões/afetos e conflitos. Para Roudinesco (2003), a proibição do incesto é um fenômeno universal e, na maioria das culturas “civilizadas”, é um ato condenável, vexatório e criminoso. Mas, se o sujeito tem uma linguagem arbitrariamente subjetiva, é possível que ele atribua outros significantes ao signo do incesto, assimilando o enlace sexual com a criança como possível. Este posicionamento que se estabelece entre o desejo do sujeito e a forma como ele interpreta as normas sociais nos convém aqui nomear, de forma elucidativa, de moral subjetiva.

Essa atribuição deve ser entendida dentro da história pessoal de um sujeito que não só é do desejo, mas que também é da linguagem. Assim, a violência sexual contra a criança pode ser fruto tanto da contradição entre a moral subjetiva e a cultura, como relacionamos

ao longo do texto, ao trazer Nietzsche, quanto até de uma identificação que transcende a convenção sexual, e é imprescindível, dentro da perspectiva psicanalítica, considerar a relação indissociável da experiência subjetiva e do contexto em que ela está inserida.

A conjuntura do abuso sexual incestuoso advém de uma complexidade de fatores que envolvem as vicissitudes dos desejos paternos em relação à criança e dos desejos da criança em relação aos pais. De acordo com Brandão Junior,

além dos papéis e funções de cada um, são delimitados os sentimentos e afetos que podem surgir nesse contexto: a complexidade de sentimentos como culpa, rancor, ódio e tristeza e o não conformismo que o incesto desperta entre os familiares (2008, p. 25).

A proposta articulada na análise psicanalítica dos casos de abuso não é encontrar culpados, encarcerando os sujeitos em papéis socialmente preestabelecidos, mas sim, compreender como acontece a simbolização subjetiva do abuso para todos os envolvidos.

### **A escuta psicológica institucionalizada dos casos de abuso sexual contra a criança**

O discurso psicológico está presente em diversos serviços de assistência, seja na instância judiciária, social ou da saúde, ligado a programas que têm como objetivo oferecer apoio a crianças que sofreram qualquer tipo de violência ou violação, inclusive o abuso sexual. É Lins (2010) quem nos traz o olhar da mãe e da criança frente ao relato do abuso sexual, bem como a posição do psicólogo. Segundo ela, os índices de risco são trazidos principalmente pela escuta da mãe e da própria criança, que trazem na sua fala e nas mudanças comportamentais daquela última os indícios do abuso praticado, na maioria das vezes, pelo pai/padrasto.

Ainda segundo Lins (2010), os relatos trazidos pelo suposto agressor são, na maioria das vezes, uma fala de negação do abuso, devido a estar submetido a uma situação de desconforto e exposição, trazendo em seu discurso frases que os mostram desolados e deprimidos, estabelecendo uma dificuldade de interação com o profissional, não participando do processo de avaliação, cujas constantes negações sustentam a suspeita da sua culpabilidade. Entretanto, esse discurso está muitas vezes direcionando ao pensamento psicobiológico, priorizando eventos traumáticos e patológicos desencadeados por uma estimulação sexual precoce.

Versando sobre a escuta do Profissional Psicólogo baseada na psicanálise, é do contexto familiar que, de acordo com Ferenczi (1992), surge o conflito de línguas que está inscrito no conflito dos desejos. A criança, permeada pelo campo imaginário, satisfaz sua pulsão através de fantasias incestuosas, que constituem a representação ideativa já mencionada anteriormente, que, ao serem recalçadas, fazem a passagem do campo imaginário para o campo simbólico, tornando a criança ativa diante do fluxo libidinoso. O adulto, por sua vez, pretensamente já inscrito no universo simbólico, realiza nesse desejo um investimento diferente, projetando conteúdos que, como mencionado nos parágrafos anteriores, fazem parte da sua própria vivência edipiana.

Deste modo, percebemos que a compreensão do contexto do abuso sexual contra a criança na família é passível de diversas interpretações, e que o olhar psicoterapêutico pode fortalecer o ideário social de que, quando o incesto transgride a fantasia e se concretiza no enlace sexual entre a criança e o seu progenitor, institui uma contradição “existente entre o papel de proteção esperado da família e a violência que aí se dá” (BRANDÃO JUNIOR, 2008, p. 27). Quando optamos olhar pela lâmina única da perspectiva social, principalmente jurídica, no tocante ao abuso sexual contra crianças, percebemos uma atitude combativa. De acordo com Brandão Junior (2008), quando uma cena de abuso sexual contra crianças é deflagrada, há sempre uma mobilização social em encontrar e punir um culpado pela transgressão da lei do incesto.

No contexto de violência, o art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) dispõe da proteção integral à criança, e impõe caráter de punição ao seu descumprimento. No que diz respeito à violência sexual, o art. 130º da mesma lei prevê o afastamento preventivo do progenitor que pratica o abuso. As consequências para quem comete um ato incestuoso são muito sérias, e variam, além das punições previstas em lei, ao rechaçamento social. Esse movimento nos remete novamente à visão de Freud sobre o caráter impuro e perigoso do tabu. Segundo ele, a base da resistência de um tabu na história de uma comunidade é a evitação que se imprime culturalmente e que tem o objetivo de evitar que os impulsos libidinosos sejam atendidos.

Quando a evitação falha em garantir a repressão dos impulsos, a punição precisa acontecer, como um evento cultural que marca a impossibilidade da imitação do ato da transgressão por outros membros da comunidade, garantindo a ordem social. Dessa forma, para Freud (1990), todo aquele que transgride um tabu torna-se a si o próprio tabu, “[...] somos levados a acreditar que essa rejeição é, antes de tudo, um produto da aversão que os seres humanos sentem pelos seus primitivos desejos incestuosos, hoje dominados pela repressão” (p. 18).

Compreendemos a necessidade da perspectiva de proteção, não somente em seu caráter de manutenção social, mas como uma forma de garantir que a criança possa tornar-se um sujeito autônomo diante do desejo do Outro. Entretanto, como dito anteriormente, o olhar do profissional psicólogo não se propõe a julgar culpados, mas a compreender a posição desejante que cada membro da família assume e o significado que esse lugar tem para o próprio sujeito e para os outros do vínculo familiar, desde que “não se pode padronizar a união de pessoas chamada família, já que é composta por diferentes personagens, com diferentes práticas, valores e relações imbricadas” (BRANDÃO JUNIOR, 2008, p. 31).

Nogueira (1999, *apud* LACAN, 1991) discorreu que o desejo fundamental do ser humano é ser desejado pelo outro, que necessitamos desse olhar desejante, mas não é um olhar qualquer, é um investimento afetivo por parte do outro em relação a nós. O desejo aparece como experiência fundamental do ser humano, que emerge na linguagem e por ela se revela. A escuta psicológica de base Psicanalítica propõe-se a uma investigação do sentido da linguagem inconsciente, “seria a recuperação da verdade subjetiva, pelo método da associação livre” (NOGUEIRA, 1999, p. 94/95). Nesse sentido, entendemos que a violência sexual é um fenômeno complexo e que, em cada realidade familiar, assume diferentes

espectros, não cabendo a generalização de conceitos ou interpretações estanques, menos ainda de manuais diagnósticos.

Discute-se, assim, o compromisso dos dispositivos de acolhimento e a importância da redução do viés moralista, que re-vitimiza e mantém o foco em um sujeito (a criança) e demoniza os outros (o abusador e a figura materna abusadora ou não), extraindo ambos de suas possibilidades de ressignificação. Reiteramos que nossa proposta não é desconsiderar a imputabilidade do abuso, pois entendemos que o adulto imprime na criança uma sexualidade que ela não está preparada para lidar, mas, tratando-se da conduta ética do profissional psicólogo, é imprescindível não se deixar levar por uma escuta impregnada de aspecto moral, subtraindo o sujeito do seu desejo e do seu gozo.

## Referências

- BENETTI, B. G & MALGARIM, S. P. C. O abuso sexual no contexto psicanalítico: das fantasias édipicas do incesto ao traumatismo. **Aletheia**, Canoas, RS, n. 3, dez. 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org>> Acesso em: 24 fev. 2017.
- BRANDÃO JUNIOR, P. M. C. **O sujeito abusado da psicanálise**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, Câmara dos Deputados, 1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Abuso sexual é o segundo maior tipo de violência**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/>> Acesso em: 14 abr. 2017.
- CABRAL, Nelma. et al. Corpo e afeto nos primeiros escritos freudianos. **Rev. Espos**, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S2178-700X2013000100008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2178-700X2013000100008)> Acesso em: 24 out. 2017.
- DINIZ, Laura; COUTINHO, Leonardo. Violadas e feridas dentro de casa. **Veja**, São Paulo, v. 42, n. 12, edição especial, 2009.
- DOR, Joel. **Introdução à leitura de Lacan**. Porto Alegre: Artmed, 1989.
- FERENCZI, Sandor. Confusão de língua entre os adultos e as crianças. *In*: \_\_. **Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 97-106.
- FREUD, Sigmund. Totem e tabu. *In*: \_\_. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1990. v. 13, p. 11-125.
- FREUD, Sigmund. **As pulsões e suas vicissitudes**, 1915.
- FREUD, Sigmund. 1920. Além do princípio do prazer. *In*: \_\_. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. 13, p. 17-85
- GOLDFEDER, M. F. F. A relação esquecida: a mãe nos bastidores do abuso sexual entre pai e filha. **Pulsional Revista de Psicanálise**, n. 138, p. 16-23, 2001.
- LACAN, Jacques. Os complexos familiares na formação do indivíduo. *In*: \_\_. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 29-90.
- LINS, Teresa Cristina André. **Violência sexual: justiça e proteção**. *In*: CALDAS, Elizângela; GHESTI-GALVÃO, Ivania. **Aplicação da lei em uma perspectiva interprofissional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 19-30.

- MAGALHÃES, Gilzete Passos. **Os espelhos dos rios: dimensões simbólicas da relação de gênero na lenda amazônica do boto**. São Paulo: EDUC, 2013.
- NÁSIO, Juan David. **Édipo, o complexo do qual nenhuma criança escapa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- NOGUREIRA, L. O campo lacaniano desejo e gozo. **Psicol. Usp.** São Paulo, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65641999000200007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65641999000200007&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em: 01 jun. 2017.
- RAMIREZ, Heloisa H. A. Sobre a metáfora paterna e a forclusão do nome-do-pai: uma introdução. **Rev. Mental**, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>> Acesso em: 14 out. 2017.
- ROSSETTO, Luciana. **Incesto é comum e não é denunciado, dizem especialistas**. G1, São Paulo, 2010. Disponível em : <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010>> Acesso em: 13 jun. 2017
- ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- RUTHVEN, K.K. **O mito**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- SANDERSON, C. **Abuso sexual em crianças**. São Paulo: M Books, 2005.
- TROTTA, Fabio Costa. **Considerações sobre o afeto em psicanálise**. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2010.
- ZALCBERG, M. **A relação mãe e filha**. São Paulo: Elsevier, 2003.

---

Recebido em: 27.03.2019

Aprovado em: 30.05.2019

**Para referenciar este texto:**

MACEDO, Amanda Galdino et al. Relações de afeto em famílias abusivas sob a ótica psicanalítica. **Lumen**, Recife, v. 28, n. 1, p. 91-101, jan./jun. 2019.